



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

PARECER TÉCNICO

Referência: Análise do plano de trabalho

Entidade beneficiária: Fundação Itanhanduense de Educação e Cultura "Dilza Pinho Nilo"

CNPJ: 19.014.562/0001-12

Exercício: 2025 – Execução 2026

I – DA APRESENTAÇÃO

Refere-se a parecer técnico emitido com fundamento no artigo 2, incisos X e XI c. c. artigo 35, inciso V, alíneas "a" a "h" da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014 e Decreto Municipal nº 2.629/2017, para fins de análise e emissão de parecer técnico acerca do plano de trabalho da Organização da Sociedade Civil, denominada, Fundação Itanhanduense de Educação e Cultura "Dilza Pinho Nilo", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 19.014.562/0001-12, representada legalmente por Edna Vilas Boas Scarpa Cavalcanti, com sede na Rua Alexandre Moreira, nº 291, Centro, Cep 37.464-000.

II – DA JUSTIFICATIVA

Considerando o plano de trabalho apresentado pela entidade Fundação Itanhanduense de Educação e Cultura "Dilza Pinho Nilo";

Considerando a necessidade do Município de Itanhandu em suprir atividades no âmbito da Educação, Esportes e Cultura;

Considerando a impossibilidade, por ora, de tais atividades serem satisfatoriamente executadas pelo poder público local;

Considerando que em determinados casos, quando houver interesse público e recíproco entre o poder público e organizações da sociedade civil, podem ser formalizados instrumentos de parceria entre ambos para a consecução do objeto - definidas pelo artigo 2º da Lei nº 13.019/2014;

Considerando a Lei nº 1.027/1985, que criou a Fundação Itanhanduense de Educação, Cultura e Desportos, atuando como um braço operacional do Município, para a consecução de finalidades de interesse público e social, como a educação, cultura e esportes;

Considerando que a Fundação Itanhanduense de Educação e Cultura "Dilza Pinho Nilo", é uma instituição em nosso município que oferece, de forma regular e com a capacidade técnica, operacional e histórica, com eficiência e capilaridade necessárias à





PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

execução de projetos que se enquadram em áreas de educação, cultura e esportes, em projetos de interesse coletivo ou social, setores típicos de atuação do terceiro setor;

Considerando que o objeto da parceria, conforme Planos de Trabalhos, visam a execução de programas de desenvolvimento educacional, esportivo e cultural para crianças e adolescentes do município, atividades estas que são de alta relevância para a comunidade e estão alinhadas às competências e prioridades das Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, nestes casos a Lei nº 13.019/2014 preceitua que, a administração pública poderá dispensar o Chamamento Público no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política;

Perante o exposto, justificamos as razões pelas quais entendemos a relevância da formalização de instrumento de parceria perante a entidade Fundação Itanhanduense de Educação e Cultura "Dilza Pinho Nilo".

III – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Segundo os artigos 16 e 17, da Lei Federal nº 13.019/2014, fica autorizado à administração pública formalizar entre as entidades consideradas organizações da sociedade civil, termo de colaboração ou de fomento, distinguindo-se ambos pela iniciativa acerca do projeto de trabalho.

Neste sentido, tendo em vista que no município de Itanhandu não possui entidade que é capaz de cumprir com o objeto proposto no plano de trabalho apresentado, deve-se recorrer ao comando constante do artigo 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece:

I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

Vale ressaltar que não há falta de interesse do poder público na presente parceria, há o cumprimento das finalidades ínsitas à política pública de educação, mas há incapacidade momentânea do poder público em cumprir satisfatoriamente com toda demanda inerente nesta área.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

IV) DA ANÁLISE DO PLANO DE TRABALHO

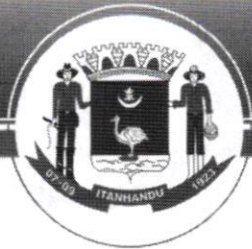
O art. 35, V, dispõe que deve ser emitido o parecer do órgão técnico, devendo o mesmo se pronunciar expressamente sobre alguns quesitos dos quais passamos a explanar, especialmente sobre:

- a) **Mérito da proposta, em conformidade com a modalidade da parceria adotada:** a proposta apresentada pela entidade apresenta todos os elementos pertinentes ao Termo de Colaboração e demonstra de forma clara e objetiva a execução de trabalho, podendo, ser considerada aprovada.
- b) **Da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei:** a proposta analisada atende ao princípio da supremacia do interesse público, e está contida nas diretrizes das atividades de interesse social que deverão ser atendidas pelo poder público municipal ou por entidades membros da sociedade civil organizada.
- c) **Da viabilidade de sua execução:** o Plano de Trabalho apresentado demonstra viabilidade de execução.
- d) **Da verificação do cronograma de desembolso:** O desembolso de recursos será realizado em parcela única no mês de setembro.
- e) **Da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos:** a parceria será fiscalizada pela Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação e serão avaliados o desenvolvimento das atividades descritas no Plano de Trabalho.
- f) – Revogado;
- g) **Da designação do gestor da parceria:** designado com o fim único e exclusivo de Gestor das parcerias firmadas com as Organizações da Sociedade Civil, por meio do Decreto Municipal nº 7.569, de 26 de maio de 2025, tendo como fundamento legal o artigo 2º, inciso VI; artigo 61 e artigo 35, alínea g, da Lei Federal nº 13019/2014 c.c artigo 36 do Decreto Municipal nº 2.629/2017.
- h) **Da designação da Comissão de Seleção e Comissão de monitoramento e avaliação da parceria:** designa com fim único e exclusivo de comporem a Comissão de Seleção e Comissão de Monitoramento e Avaliação, por meio do Decreto Municipal nº 6.592, de 10 de agosto de 2023 e nº 7.840, de 03 de novembro de 2025 respectivamente, tendo como fundamento legal o artigo 27, § 1º, artigo 58 e 59 da Lei Federal nº 13.019/2014 e artigo 27 e 37 do Decreto Municipal nº 2.629, de 06 de março de 2017.

V) DOS DOCUMENTOS

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Mardins', 'Luciana Pariz', and 'Bruno B...'.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

Com base na legislação aplicável ao instrumento, Art. 34 da Lei nº13.019/2014, a organização da sociedade civil abaixo identificada (anexo I), apresentou os documentos necessários para celebrar a parceria conforme checklist (anexo II).

VI) CONCLUSÃO

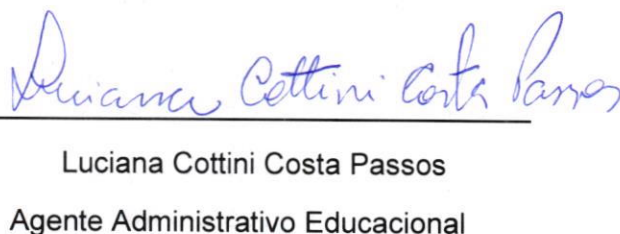
Diante do exposto, e após as devidas análises, concluímos que a execução da proposta é viável e os valores estimados estão compatíveis com a realidade; o cronograma previsto na proposta é oportuno e permite uma fiscalização factual. Sendo assim, posteriormente todo trâmite necessário prescrito em lei, somos de parecer técnico favorável a formalização da parceria entre o Município de Itanhandu e a Fundação Itanhanduense de Educação e Cultura "Dilza Pinho Nilo", consoante às disposições expressas em lei.

Itanhandu, 17 dezembro de 2025.


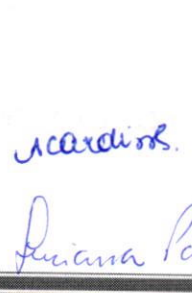

Secretaria Municipal de Educação


Carla Rafaela Alves
Chefe dos Serv. Administrativos Educacionais

Matrícula: 09851


Luciana Cottini Costa Passos
Agente Administrativo Educacional

Matrícula: 03140



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

Ana Clara Ordine da Silva

Ana Clara Ordine da Silva
Assessor Técnico de Cultura
Matrícula: 09832

Conrado Fernandes da Silva

Conrado Fernandes da Silva
Agente Administrativo
Matrícula: 9943

Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

Danielli Campos Divino

Danielli Campos Divino
Assessor Técnico de Esportes
Matrícula: 10011

Bruno Tiago Martins de Barros

Bruno Tiago Martins de Barros
Agente Administrativo
Matrícula: 09518



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

Anexo I

FICHA CADASTRAL		
I – IDENTIFICAÇÃO		EXERCÍCIO
01 – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: Fundação Itanhanduense de Educação e Cultura "Dilza Pinho Nilo"		02 – CNPJ: 19.014.562/0001-12
03 – ENDEREÇO: Rua Alexandre Moreira, nº 291, Centro. Itanhandu/MG		
04 – CEP: 37464-000	05 – BAIRRO: Centro	06 – CELULAR (35) 33612408
07 – SITE: https://fundacaoitanhanduense.com.br/ @fundacao.itanhanduense		08 – EMAIL: fundacaoitanhanduense@gmail.com
II – IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL		
01 – NOME: Edna Vilas Boas Scarpa Cavalcanti		02 – CPF: 708.786.506-44
03 – RG M-5851727 SSP/MG		04 – DATA DA POSSE: 08/01/2025
05 – ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Antonio Aguiar, nº 105. Itanhandu/MG		
06 – BAIRRO: Mansões	07 – FONE RESIDENCIAL:3361 3030	08 – CELULAR: (35) 9 9119 8449



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

Anexo II

CHECKLIST DE DOCUMENTOS PARA FORMALIZAR PARCERIA		
01	Cartão de CNPJ	✓
02	Alvará Licença de Funcionamento	✓
03	Certidão Débito Tributários - Fazenda Estadual	✓
04	Certidão Débito Tributários - Municipal	✓
05	Certidão Débito Tributários - Federal	✓
06	Certidão de Débitos Trabalhistas	✓
07	Certidão de Regularidade FGTS	✓
08	Estatuto	✓
09	Regimento Interno	✓
10	Comprovante de Endereço	✓
11	Certificação ou Lei - Utilidade Pública	✓
12	Certificado de Registro fins filantrópicos ou Reg. no Conselho Municipal (não obrigatório)	-
13	Declaração de conhecimento tácito das condições chamamento público (se necessário)	-
14	Ata de Posse dos Dirigentes	✓
15	Atestado de Funcionamento	✓
16	Declaração de capacidade administrativa, técnica e gerencial	✓
17	Certidão contendo Dirigentes e Conselheiros	✓
18	Declaração e Relação dos Dirigentes da Entidade	✓
19	Declaração conta corrente específica	✓
20	Declaração objeto representa vantagem econômica para administração municipal	✓
21	Declaração de atendimento a Lei Federal nº 12.527/2011 e publicidade	✓
22	Declaração não impedimento de celebrar parceria	✓
23	Declaração não haverá contratação de servidor ou empregado público	✓
24	Declaração de ciência da utilização dos recursos, cumprimento das metas e prestação de contas.	✓

